

# EÇA DE QUEIRÓS E A RENOVAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Wilton Cardoso\*

## RESUMO

O ensaio procura mostrar que a modernização da língua em Eça de Queirós é uma reação ao culto do classicismo português originado pelo combate ao barroco como posição política durante o domínio espanhol.

A lição é de Sousa da Silveira (1953), sem dúvida o melhor caminho para iniciar uma exposição a respeito de tema de língua portuguesa. Começemos, pois, por ouvi-la, entre aspas:

*A língua escrita nasce da língua falada. É um aperfeiçoamento desta, feito pela inteligência, de mãos dadas com o bom gosto. Uma vez desprendida da língua falada, a língua escrita se torna um limite para o qual a língua falada tende, e do qual se aproxima tanto mais quanto mais se estende e sobe a instrução do povo. (...) Com o correr do tempo a língua escrita, apesar de um tanto fixa, se vai modificando lentamente, ao passo que a língua falada, não obstante se achar um pouco refreada pela sua imitação da língua escrita, se modifica mais rapidamente. Então, passado um espaço longo de tempo, pode haver diferenças importantes entre a língua escrita e a falada. Aí cabe aos escritores de fina sensibilidade aproximar, com prudência, a língua escrita da falada, que, esta, será sempre a fonte de vitalidade daquela. (...) Em resumo: a língua escrita nasce da língua falada, e vem a constituir uma grande força de coesão da coletividade; a língua falada é perene fonte de vitalidade da língua escrita, que deve procurar aproximar-se dela, para não ficar rígida demais e incapaz de representar, em todos os seus matizes, a mentalidade das novas gerações.*

Se me objetarem que é esse um ponto pacífico para quem tenha dois dedos de informação lingüística e que para reafirmá-lo não era preciso perturbar o sono do primeiro catedrático universitário de língua portuguesa do país, aqui concluo a cita-

\* Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas. Professor Emérito da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

ção: “Se não estou enganado, foi o que fizeram, para a prosa portuguesa, Almeida Garrett, Eça de Queirós e Antero de Quental”. (Senna, 1953, p. 27-28)

Temos, pois:

*Primeiro* – que a língua escrita nasce da língua falada, de que é aperfeiçoamento ou estilização e em cuja seiva natural se nutre e fomenta;

*Segundo* – que a língua falada, apesar de tender para a escrita na medida em que cresce a instrução do povo, se modifica ou renova mais rapidamente do que a outra, podendo ocorrer entre ambas diferenças que, com o tempo, venham a ser bastante pronunciadas;

*Terceiro* – que nesse caso, cabe aos escritores de fina sensibilidade aproximar a língua escrita da língua falada, a fim de evitar a rigidez de seu instrumento de expressão e torná-lo capaz de exprimir a mentalidade de gerações mais recentes.

Segundo o Mestre, que tive a honra de conhecer e a cuja memória rendo aqui o tributo de admiração que lhe devem todos os brasileiros, foi o que fizeram, para a língua portuguesa, Garrett, Antero e Eça de Queirós. Como acontece nas somas, nem sempre as parcelas são rigorosamente equivalentes, e por isso talvez valha a pena especificar.

Garrett foi indiscutivelmente o introdutor do Romantismo em Portugal. Mas, se é certo que o Romantismo criou um novo estilo de linguagem, como, com relação ao francês, mostrou W. Von Wartburg, em **Evolution et structure de la langue française**, ao recensear a contribuição de Victor Hugo, não me parece que o mesmo se possa afirmar de Portugal pelo que toca à atuação do autor de **Frei Luís de Sousa**. Conquanto tenha perlustrado as diferentes fontes de inspiração romântica – os temas nacionais, as lendas medievais, os motivos e as tradições populares –, parece que, sob esse aspecto, a repercussão de sua obra não esteve à altura do que era lícito esperar. Lendo-se o escritor, não é difícil ajuizar as causas do fenômeno. As páginas que escreveu para prefácio de **Adozinda** e do **Bernal Francês**, a longa introdução a **Um auto de Gil Vicente** e ainda o mais estirado proêmio do **Romanceiro**, bem como a memória **Ao Conservatório Real**, para nos limitarmos a uns poucos textos, atestam-nos a presença de um reformador que não se comprazia com os rumos que as letras haviam tomado em seu país. Convém ouvi-lo:

*A poesia e a prosa portuguesa precisavam (ser) retemperadas nos princípios do século passado, que estavam uma coisa informe e laxa: eram cordas castelhanas em segunda mão, cordas italianas de má fábrica, as únicas da lira portuguesa. Veio o Garção, o Denis, Francisco Manuel, depois o Bocage, com todos os satélites destes quatro grandes planetas, e restauraram a língua e a poesia – a prosa não – mas nos antigos modos clássicos, agora deduzidos pela reflexão francesa, bem como no século XVI tinham sido pela reflexão italiana. (...)*

Estava corrido o primeiro quarto deste século, quando a reação do que se chamou Romantismo, por falta de melhor palavra, chegou a Portugal.

Vamos a ser nós mesmos, vamos a ver por nós, a tirar de nós, a copiar da nossa



natureza e deixemos em paz “gregos, romãos, e toda a outra gente.” (...)

*... vejamos e resumamos em poucas palavras como, da literatura da civilização velha, se fez, na chamada Meia Idade, a transição para a nova e imperfeita, mas muito mais original, muito mais criadora literatura da sociedade cristã, desta civilização que é tão outra e tão distinta daquela e, por forçosa necessidade, tão diversamente tem de formular-se em sua mais natural expressão, a poesia.* (Garrett, 1938, p. 86 e s.)

É como se vê. Se a língua, que iria atingir com as **Viagens na minha terra** a mais perfeita modernidade, já aqui nos parece nossa, o certo é que a pregação de Garrett denuncia o reformador, o doutrinário, o proselitista empenhado em difundir uma nova crença. E foi esse o seu papel, tanto que o Professor Agostinho da Silva reuniu num volume intitulado **Doutrinas de Estética Literária** (Lisboa, 1938) toda a sua produção nesse sentido. A renovação lingüística garrettiana limitou-se à ação reflexiva que teve sobre sua própria obra, pois os patrícios, que ele tanto afagou (*vamos a ser nós mesmos, vamos a ver por nós, a tirar de nós*), dela não conheceram. Talvez por isso um português de maus bofes e língua destrambelhada, que no século se chamou Camilo Castelo Branco, irritado com o dandismo do Visconde a lançar moda nos salões de Lisboa, pôde escrever a seu respeito:

*Trouxe Garrett do exílio excelentes prendas. Trouxe o lânguido sentimentalismo, a arquitetura compósita do estilo, o anglicismo castigado com a francesia, e colorido à portuguesa com tintas sedições de Filinto; trouxe o ideal que dramatizou, e as lindas ligeirices do humor britânico com que esmaltou as Viagens, em que a parte romanesca é banal. Trouxe enfim elementos de regeneração literária que pouco deram de si; porque o Visconde não era trabalhador que caboucasse os alicerces do edifício novo; era em letras e tudo o mais um casquilho a narcizar-se entre o espelho e o livro, a pentear a cabeleira e a frase, a fazer de dia a toilette do corpo e do espírito a fim de, à noite, entrar nas salas com ares de divindade enfasiada da ambrosia olímpica.* (Branco, 1908, p. 245)

Registre-se, no entanto, que, se faltou receptividade à obra reformadora de Garrett em Portugal, teve-a o escritor no Brasil, onde cedo se formou um grupo de prosélitos e imitadores, um dos quais, confesso, se chamou Machado de Assis. É que já então se conformava, como se verá mais tarde, uma norma lingüística nacional diferenciada da portuguesa e muito mais coerente com o seu modo de escrever.

Quanto a outro dos nomes apontados por Mestre Sousa da Silveira, quero dizer que não sinto em Antero de Quental claros sinais de reformador da língua. Nem na teoria, quando na questão do *bom senso e bom gosto* se limitou a expedir algumas farpas contra o anacrônico Antônio Feliciano de Castilho, nem na prática, onde sua poesia denuncia inequívocos resíduos do desgastado receituário clássico. O caso de Antero parece-me outro. Poeta de idéias, ele próprio um pensador, cujo ensaio **Tendências gerais da Filosofia na segunda metade do século XIX** é ponto insólito, mas saliente, na desprovida bibliografia portuguesa de pensamento, pobre de espírito crí-

tico e filosófico (o juízo é do português Fidelino de Figueiredo (1923, p. 33 e s.), não podia congeminar as suas abstrações no empertigado estereótipo que vinha da preceptiva de Antônio Ferreira. Temas, como “Logos”, “Transcendentalismo”, “Tese e antítese”, “Ignotus”, “Mors liberatrix”, “Redenção” (para só lembrar os títulos de alguns dos *Sonetos*) exigiam flexibilidade de expressão, que não se ajusta às matrizes do estilo pré-fabricado. Daí a aparente inovação da forma, reflexo da novação do conteúdo.

Chegamos, desse modo, e já era tempo, a Eça de Queirós.

De início, pode-se afirmar que a questão, pelo que toca a Eça no romance, é, se não idêntica, pelo menos semelhante à de Antero na poesia. Como se depreende dos termos em que se coloca, o romancista, religionário do Realismo, segundo a classificação que lhe deu Machado de Assis, na crítica que ficou célebre, começou por fazer romances de análise social, e o gênero, de que é o introdutor nas letras portuguesas, igualmente não cabia no padrão quinhentista de linguagem ainda vigente em sua época. É, pelo menos, o que diz o seu contemporâneo Fialho d’Almeida em testemunho insuspeito por partir de quem fez as mais duras restrições ao valor da obra do patricio. Convém recolhê-lo, uma vez que a crítica histórica vem sendo esquecida pelas atuais tendências dos estudos literários, contra as quais já se esboça salutar reação:

*... uma língua depurada pelos clássicos, rígida à força de correta, própria de acadêmicos pelo enfático dos períodos longos, e capaz somente de exprimir idéias gerais e tipos vagos num meio artificial, não serve a traduzir a complicada vida moderna, incrustada de outras sensações e de outros nervosismos, onde a toda hora fuzilam as boas e as más tendências, no tremendo conflito da razão com a carne. Multiplíce como é, horripelmente múltiplice, o romance de observação (...) carece da terminologia de todas as artes, de todas as ciências e de todas as indústrias; e sem respeito à estreiteza dos vernaculismos, tem de forjar uma língua própria, precisa e maleável, que seja a fórmula algébrica do pensamento, e nos dê em toda a sua excentricidade o cosmos que se pinta, com a profusão fatal dos detalhes, dos caracteres, das manias, das arquiteturas e dos interiores. Em poucas línguas esse trabalho está feito. Entre nós, muito menos. Inda agora o encanto dos homens sérios é um trecho do melífluo Frei Luís de Sousa, e os grandes aposentados da literatura, em voz baixa, cuidando ferir a grande tecla, aconselham aos cogumelos chinfrins das redações, assídua e absorvente, a imitação dos clássicos. Eça de Queirós, trabalhando os seus romances na carne latejante do meio observado, teve, ao referir das suas vivisseções, o enorme trabalho de alargar a linguagem, de lançar mão para assim dizer de certas combinações de palavras dissidentes, de desorganizar o molde convencional da oração (...). (D’Almeida, 1941, p. 62-63)*

Aí está. Para os seus romances de análise social, Eça precisava de um instrumento dúctil, plástico, maleável e a língua que dominava entre os seus contemporâneos era a clássica, padronizada em Frei Luís de Sousa. Inquestionavelmente modelar para redigir a **Vida de Dom Frei Bartolomeu dos Mártires**, mas demasiadamente paramentada para celebrar as aventuras provincianas do Padre Amaro Vieira.

Tem-se assim que, segundo a lição de Sousa da Silveira, de que partimos, a si-



tuação lingüística que Eça encontrou em Portugal era a seguinte: uma língua escrita, cuja feição literária, a despeito de se nutrir da língua falada, desta se afastara em tal medida que, estagnando-se nos moldes quinhentistas, se tornara imprestável para representar a mentalidade de sua geração. O que é preciso acrescentar, já que não flui claramente da atuação do romancista nem tem sido suficientemente esclarecido pelos seus críticos, é que a exacerbação do modelo clássico, fincada sobre a supervalorização do quinhentismo, é um capítulo equivocado da história da cultura portuguesa.

Tudo se prende a 1580, quando Portugal perde a soberania de nação para a dinastia filipina de Espanha, e se prolonga para além de 1640, ano em que se restaura o trono português. Verificado o desastre político, era preciso salvar o espírito nacional, sem o que seria infrutífero qualquer ideal de reconquista. Aqui, o equívoco.

Em termos culturais, que se limitavam a uma atividade literária exacerbadamente épica ou predominantemente lírica, pobre de espírito crítico e filosófico (continuo a citar Fidelino de Figueiredo), Portugal recolheu-se à exaltação hiperbólica de seus heróis, aventureiros e mártires, não raro desfigurada pelo prisma lírico que dá colorido à realidade. Desse modo, a um domínio político presente e concreto Portugal reagiu, opondo-lhe a contemplação do passado, que é a marca de sua alma saudosista.

Daí Portugal não ter conhecido o Barroco, tido como modelo de inspiração espanhola e capitulado como degenerescência clássica. O estilo seiscentista, revitalizado por estudos que o colocam no terreno da arte em geral como uma das altas manifestações da cultura ocidental, assim considerado tanto na arquitetura, como na escultura e na música, tem agora seu lugar demarcado na poesia e demais espécies literárias e já não padece do mal com que o estigmatizou o preconceito português.

Sim, Portugal não conheceu o Barroco, termo de circulação restrita para não dizer ausente entre autores portugueses. O que lá vingou foi uma designação pejorativa, e gongorismo e gongórico constituíram a nomenclatura usada para caracterizar a produção de poetas e prosadores não obstante marcados pelo signo da riquíssima literatura espanhola da época. Basta dizer que Mendes dos Remédios, autor de uma divulgadíssima **História da literatura portuguesa**, por onde os de minha geração começaram a estudar as letras de seu país, só usa a designação pejorativa para nomear os limites, respectivamente *a quo e ad quem*, do Classicismo e do Arcadismo.

Mas há mais. O Barroco, entendido como gongórico, perde entre os portugueses a sua feição principal, a saber, a ideologia teocêntrica que a Contra-Reforma foi buscar à Idade Média para combater o humanismo renascentista, fato de que resultou um estilo angustiado entre duas concepções antagônicas do mundo. Em seu lugar, isto é, na luta agônica entre a aspiração do céu e as seduções da terra, que informa a inquietação barroca, só se deixou impressionar pela face externa do estilo e acabou por reduzir às caricaturas do Culteranismo e do Conceptismo a produção literária compendiada no **Postilhão de Apolo** e na **Fênix Renascida**. E isso numa alusão

depreciativa a Dom Luís de Góngora y Argote, hoje universalmente considerado uma das vozes mais ricas da poesia européia. Convém, no entanto, acrescentar que a posição portuguesa em face do Barroco nada tem de original, é mesmo cópia servil da matriz espanhola e simplesmente reproduz as sátiras e burlas com que Lope, Quevedo, e o próprio Góngora escarneceram de latiniparlas e hembrilatinas, precursoras ridículas de preciosas e eufuístas, como mostrou Dom Ramón Menéndez Pidal, no ensaio “Gran innovación en el habla común del siglo XVII”. (Pidal, 1959, p. 11-31)

Não espanta, pois, que o século XVII seja um período pobre nas letras portuguesas, paupérrimo, sem dúvida, se lhe excetuarmos o nome do Padre Antônio Vieira. Mas Vieira, que veio para o Brasil aos seis anos de idade, é jesuíta, espírito moldado pela Contra-Reforma, legitimamente barroco, como as letras nacionais do tempo, e, se descontarmos da sua parenética a parte política, mais brasileiro de índole do que português de berço.

O apreço da linguagem quinhentista, tida como padrão inexecutável, é corolário desse ambiente de cultura. Escrever segundo o molde fixado pelos velhos autores era uma forma de escapar à influência castelhana e conseqüentemente de resguardar a identidade nacional. Em sua essência, não há o que opor a tal prática. Mas coando-se na alma lusitana, nimbada de saudosismo, o culto do passado, como pura afeição pretérita, é estéril e (porque não dizer?) incompatível com a vida, que é, por natureza, dinâmica e que incessantemente progride na renovação das formas.

E no Brasil, que reflexo teve, sobre a língua, essa equívoca resistência portuguesa?

Gerou-se, por tal caminho, a corrente do vernaculismo apostada em soffrear uma norma culta brasileira já deflagrada pelos escritores românticos, Alencar à frente de todos. Fizeram época, ainda no primeiro quartel deste século, a polêmica em torno da redação do Código Civil e o magistério obsoleto da **Revista de Língua Portuguesa**, de Laudelino Freire, empenhados ambos em nos prover de tiques convulsivos à Bernardes e Sousa, quando não à Fernão Lopes, Zurara e Dom Duarte. Certo havia vozes dissidentes. João Ribeiro, em **A língua nacional**, que é de 1921, proclamava que falar diferentemente não é falar errado. Sousa da Silveira, nas **Lições de português**, do mesmo ano, levantava toda uma sintaxe da língua, com observações originalíssimas, escudado em autores do Brasil, que até então não tinham merecido entrada na gramática do português. E Antenor Nascentes, em **O idioma nacional**, de 1936, inscrevia entre os vícios de linguagem, ao lado de galicismos e anglicismos, os lusitanismos que nos impingiam *mobilar*, *monárquico* ou à *pressa*. Mas eram vozes dissidentes, que levariam tempo por vingar.

Neste ponto, a conclusão parece inevitável. A renovação da língua empreendida por Eça de Queirós obteve maior repercussão no Brasil do que em Portugal. Enquanto portugueses, pelo menos do tipo de Cândido de Figueiredo (e não me digam que o autor das **Lições práticas** não fez escola entre a lusitana gente) continuaram a



ver no autor de **O crime do Padre Amaro** um francelho de língua claudicante, a norma culta dos modernos autores brasileiros ficou mais próxima de Eça do que a dos atuais escritores de Portugal. Com efeito, a norma brasileira é lépida, direta e progressiva, diz o que quer dizer e vai à frente, ao passo que a portuguesa é longa, tanteante no acúmulo de adversativas e imprevistas rupturas, enfática no vago e redundante no circunstancial. Se não, digam-me: Quem está mais próximo de Eça – Graciliano Ramos, que, em **Caetés**, parafrazeou **A ilustre casa de Ramires** e que, exagero à parte, confessou que, depois de escrever **São Bernardo** em português, o estava traduzindo para brasileiro (Ramos, 1981, p. 130); ou o autor deste período de abertura de recente comunicação congressional, aqui copiada com todo o rigor:

*Seja-me permitido que antes de me instalar no Presente, nesta actualidade nossa, ou de questionar a necessidade de inventá-lo, faça uma breve viagem ao passado, ao já distante século XVIII, quando florescia um célebre gramático francês, Nicolas Beauzée, que manifestou sobre o Presente do seu tempo, ou sobre o Presente em geral, idéias que, não sendo de uma clareza meridiana, aspiravam, no entanto, a uma expressão globalizadora disso mesmo que a toda hora quer fugir aos tranquilizadores enquadramentos do senso comum.*

Querem agora o nome de quem escreve essa coisa ondulante, flutuante, coeleante, tipo esgrimir no vácuo com florete de papelão? Chama-se José Saramago.

Não foi, pois, à toa que Fidelino de Figueiredo, ao vir ocupar, em 1935, a primeira cátedra universitária de Literatura Portuguesa que se instalou no país, se mostrou surpreendido com a popularidade que tinha entre nós o autor de **A cidade e as serras**, muito maior, dizia ele, do que a que o romancista sempre desfrutou entre portugueses. Razão de sobra para que os brasileiros comemorem a sua atuação como renovador da língua portuguesa escrita.

## RÉSUMÉ

**C**e travail cherche à montrer que la modernisation de la langue chez Eça de Queirós est une réaction au culte du classicisme portugais, né du combat contre le baroque comme position politique pendant la domination espagnole.

### Referências bibliográficas

01. CASTELO BRANCO, Camilo. *Esboços de apreciações literárias*. Porto: Chardron, 1908.
02. D'ALMEIDA, Fialho. *Camilo, Eça & Malheiros Dias*. Lisboa: Livraria Clássica, 1941.
03. FIGUEIREDO, Fidelino de. *Características da literatura portuguesa*. Lisboa: Livraria Clássica, 1923.
04. GARRETT, Almeida. *Doutrinas de estética literária*. Lisboa; [s.n.], 1938.
05. PIDAL, Ramón Menéndez. Gran innovación en el habla común del siglo XVII. *Iberida*; Revista de Filología Ibero-Americana, Rio de Janeiro, v. 1, p. 11-31, 1959.
06. RAMOS, Graciliano. *Cartas*. Rio de Janeiro: Record, 1981.
07. SILVEIRA, Sousa da. *O problema da língua brasileira*. Entrevista concedida a Homero Senna. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1953.